

**Gestão 2018-2020**

Procurador-Geral de Justiça  
**Paulo Cezar dos Passos**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico  
**Humberto de Matos Brittes**  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa  
**Nilza Gomes da Silva**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional  
**Hudson Shiguer Kinashi**  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Marcos Antonio Martins Sottoriva**  
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público  
**Antonio Siufi Neto**  
Ouvidor do Ministério Público  
**Olavo Monteiro Mascarenhas**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão  
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3318-2160 e-mail: [caodh@mpms.mp.br](mailto:caodh@mpms.mp.br)

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 941/2020-PGJ, DE 11.3.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Tornar sem efeito a Portaria nº 4498/2019-PGJ, de 3.12.2019, na parte que concedeu ao Procurador de Justiça Sergio Luiz Morelli férias e a conversão em abono pecuniário.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 948/2020-PGJ, DE 11.3.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Tornar sem efeito a Portaria nº 904/2020-PGJ, de 9.3.2020, que concedeu à Procuradora de Justiça Mara Cristiane Crisóstomo Bravo 1 (um) dia de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão referente ao período de 23 a 30.9.2019, que seria usufruído no dia 6.3.2020.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 934/2020-PGJ, DE 10.3.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Revogar, a partir de 11.3.2020, a Portaria nº 836/2020-PGJ, de 4.3.2020, que designou os Promotores de Justiça Clarissa Carlotto Torres, Paulo Henrique Mendonca de Freitas e Ricardo Benito Crepaldi para, sem prejuízo de suas funções, coadjuvarem a 23ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 935/2020-PGJ, DE 10.3.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, em exercício no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº 4539/2019-PGJ, de 4.12.2019, na parte que estabeleceu o período de conversão do Promotor de Justiça Daniel Pivaro Stadniky, de forma que, onde consta: “3 a 12.3.2020”; passe a constar: “3 a 12.2.2020”.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 942/2020-PGJ, DE 11.3.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Estéfano Rocha Rodrigues da Silva 3 (três) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos dias 25.3, 7 e 8.4.2018, a serem usufruídos nos dias 16, 17 e 18.9.2020, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 943/2020-PGJ, DE 11.3.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Estéfano Rocha Rodrigues da Silva 1 (um) dia de férias compensatórias, referente ao feriado forense de 20 de dezembro de 2016 a 6 de janeiro de 2017, a ser usufruído no dia 21.9.2020, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 944/2020-PGJ, DE 11.3.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Autorizar a 2ª Promotora de Justiça de Corumbá, Ana Rachel Borges de Figueiredo Nina, a participar do Seminário “Migração e Desenvolvimento Econômico”, que ocorrerá no dia 16.3.2020, na Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região, em São Paulo, SP.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 945/2020-PGJ, DE 11.3.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Lindomar Tiago Rodrigues 2 (dois) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos dias 8 e 9.4.2017, a serem usufruídos nos dias 10 e 11.3.2020, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 946/2020-PGJ, DE 11.3.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “h”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Douglas Silva Teixeira, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 14ª Zona Eleitoral, nos dias 10 e 11.3.2020, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão do titular, Promotor de Justiça Lindomar Tiago Rodrigues.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 940/2020-PGJ, DE 11.3.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 97/PGJ/2019, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora do Contrato – Nádia de Moura Mattos, Analista/Administração; 1.1) Suplente – Murilo Rolim Neto, Diretor da Secretaria de Administração; 2) Fiscal Administrativo – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais; 2.1) Suplente – Natanaél Jacinto dos Santos, Auxiliar (Processo PGJ/10/3231/2019).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA Nº 854/2020-PGJ, DE 5.3.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Alterar as férias dos servidores do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, concedidas por meio das portarias abaixo relacionadas, e suas modificações, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, conforme segue:

Onde consta:

PORTARIA Nº 1892/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Cenir Teodoro Vieira	2018/2019	29.7 a 7.8.20219	29.10 a 7.11.2019	6 a 15.4.2020	
Jose Lima Fidelis	2018/2019	9 a 18.9.2019	10 a 19.8.2020		22 a 31.7.2019

PORTARIA Nº 2460/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Jéssica Carli de Oliveira	2017/2018	16 a 25.9.2019	14 a 23.10.2019	12 a 21.2.2020	

## PORTARIA Nº 2875/2019-PGJ

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Fernanda Fabrini Silva	2018/2019	30.9 a 9.10.2019	30.3 a 8.4.2020		14 a 23.10.2019
Handreza Oviedo Alves Martins	2018/2019	7 a 16.1.2020	1º a 10.7.2020		13 a 22.9.2019

## PORTARIA Nº 3327/2019-PGJ

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Daniel Francisco Mercado Dantas	2018/2019	30.9 a 9.10.2019	27.2 a 7.3.2020		4 a 13.11.2019
Jaqueline Berceli Barca Cursino	2018/2019	21 a 30.8.2019	4 a 23.5.2020		
Tayse Bielecki Yamanaka	2017/2018	4 a 13.11.2019	15 a 24.6.2020		7 a 16.10.2019
Tonya Roberta Pettengill Novaes	2017/2018	30.9 a 9.10.2019	12 a 21.2.2020		14 a 23.10.2019

## PORTARIA Nº 3545/2019-PGJ

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Valricia Miranda de Oliveira	2018/2019	2 a 11.12.2019	13 a 22.7.2020		5 a 14.11.2019

## PORTARIA Nº 4170/2019-PGJ

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
João Assis Gobbo	2017/2018	1º a 10.4.2020	13 a 22.10.2020		2 a 11.12.2019

## PORTARIA Nº 4365/2019-PGJ

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Ariane Albuquerque Miranda Pitzschk Terencio	2018/2019	27.1 a 5.2.2020	13 a 22.7.2020		8 a 17.1.2021
Emanuelly Martins Atanasio da Silva	2018/2019	7 a 16.1.2020	8 a 27.6.2020		
Karla Christine Nogueira Farias	2017/2018	27.2 a 7.3.2020	30.9 a 9.10.2020		7 a 16.1.2020
Lucimeire de Souza Pereira	2018/2019	22.4 a 1º.5.2020	14 a 23.10.2020		7 a 16.1.2020
Myrian Raquel Rodrigues da Silva	2017/2018	7 a 16.1.2020	6 a 15.7.2020		6 a 15.2.2020
Ramon Gimenes Tavares	2018/2019	7 a 26.1.2020	6 a 15.7.2020		
Rosinei Escobar Xavier	2018/2019	12 a 21.2.2020	13 a 22.10.2020		7 a 16.1.2020
Vanessa Yasmin Taira Agnelli	2018/2019	8 a 27.9.2020			7 a 16.1.2020

## PORTARIA Nº 180/2020-PGJ

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Érica Maylane Rigo Borges	2019/2020	27.2 a 7.3.2020	12 a 21.8.2020		3 a 12.2.2020
Luciane Senger	2018/2019	22.4 a 1º.5.2020	29.6 a 8.7.2020		3 a 12.2.2020

## PORTARIA Nº 462/2020-PGJ

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Fabiano Alves Davy	2018/2019	2 a 11.3.2020	15 a 24.6.2020		16 a 25.3.2020
João Alexandre de Souza	2019/2020	30.3 a 8.4.2020	6 a 15.7.2020	10 a 19.12.2020	

Passe a constar:

**PORTARIA Nº 1892/2019-PGJ**

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Cenir Teodoro Vieira	2018/2019	29.7 a 7.8.20219	29.10 a 7.11.2019	22.4 a 1º.5.2020	
Jose Lima Fidelis	2018/2019	9 a 18.9.2019	4 a 13.5.2020		22 a 31.7.2019

**PORTARIA Nº 2460/2019-PGJ**

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Jéssica Carli de Oliveira	2017/2018	16 a 25.9.2019	14 a 23.10.2019	18 a 27.5.2020	

**PORTARIA Nº 2875/2019-PGJ**

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Fernanda Fabrini Silva	2018/2019	30.9 a 9.10.2019	1º a 10.6.2020		14 a 23.10.2019
Handreza Oviedo Alves Martins	2018/2019	7 a 16.1.2020	13 a 22.7.2020		13 a 22.9.2019

**PORTARIA Nº 3327/2019-PGJ**

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Daniel Francisco Mercado Dantas	2018/2019	30.9 a 9.10.2019	4 a 13.5.2020		4 a 13.11.2019
Jaqueline Berceli Barca Cursino	2018/2019	21 a 30.8.2019	23.3 a 11.4.2020		
Tayse Bielecki Yamanaka	2017/2018	4 a 13.11.2019	26.5 a 4.6.2020		7 a 16.10.2019
Tonya Roberta Pettengill Novaes	2017/2018	30.9 a 9.10.2019	6 a 15.5.2020		14 a 23.10.2019

**PORTARIA Nº 3545/2019-PGJ**

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Valricia Miranda de Oliveira	2018/2019	2 a 11.12.2019	19 a 28.10.2020		5 a 14.11.2019

**PORTARIA Nº 4170/2019-PGJ**

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
João Assis Gobbo	2017/2018	9 a 18.9.2020	13 a 22.10.2020		2 a 11.12.2019

**PORTARIA Nº 4365/2019-PGJ**

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Ariane Albuquerque Miranda Pitzsch Terencio	2018/2019	27.1 a 5.2.2020	27.7 a 5.8.2020		8 a 17.1.2021
Emanuelly Martins Atanasio da Silva	2018/2019	7 a 16.1.2020	1º a 10.6.2020	9 a 18.12.2020	
Karla Christine Nogueira Farias	2017/2018	4 a 13.3.2020	30.9 a 9.10.2020		7 a 16.1.2020
Lucimeire de Souza Pereira	2018/2019	5 a 14.5.2020	14 a 23.10.2020		7 a 16.1.2020
Myrian Raquel Rodrigues da Silva	2017/2018	7 a 16.1.2020	6 a 15.7.2020		3 a 12.2.2020
Ramon Gimenes Tavares	2018/2019	7 a 26.1.2020			6 a 15.7.2020
Rosinei Escobar Xavier	2018/2019	12 a 21.2.2020	30.3 a 8.4.2020		7 a 16.1.2020
Vanessa Yasmin Taira Agnelli	2018/2019	31.8 a 19.9.2020			7 a 16.1.2020

**PORTARIA Nº 180/2020-PGJ**

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Érica Maylane Rigo Borges	2019/2020	12 a 21.8.2020	29.10 a 7.11.2020		3 a 12.2.2020
Luciane Senger	2018/2019	13 a 22.4.2020	20 a 29.7.2020		3 a 12.2.2020

PORTARIA Nº 462/2020-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Fabiano Alves Davy	2018/2019	3 a 12.3.2020	15 a 24.6.2020		16 a 25.3.2020
João Alexandre de Souza	2019/2020	16 a 25.3.2020	6 a 15.7.2020	10 a 19.12.2020	

NILZA GOMES DA SILVA  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

#### PORTARIA Nº 927/2020-PGJ, DE 10.3.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Retificar a Portaria nº 501/2020-PGJ, de 6.2.2020, de forma que, onde consta “no período de 8 a 17.9.2020”, passe a constar “no período de 8 a 14.9.2020”.

NILZA GOMES DA SILVA  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

#### PORTARIA Nº 928/2020-PGJ, DE 10.3.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Retificar a Portaria nº 500/2020-PGJ, de 6.2.2020, de forma que, onde consta:

PORTARIA Nº 3327/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Janayna Grincevicus Vareiro	2018/2019	22 a 30.4.2020	17 a 26.8.2020		15 a 24.10.2019

Passe a constar:

PORTARIA Nº 3327/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Janayna Grincevicus Vareiro	2018/2019	22.4 a 1º.5.2020	17 a 26.8.2020		15 a 24.10.2019

NILZA GOMES DA SILVA  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

#### PORTARIA Nº 930/2020-PGJ, DE 10.3.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Silvio Cesar Siravegna, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Pagamento de Pessoal, nos dias 21, 27 e 28.2.2020, em razão de licença compensatória referente a banco de horas da titular, Lourdes Paim de Moraes.

NILZA GOMES DA SILVA  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**PORTARIA Nº 931/2020-PGJ, DE 10.3.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Conceder ao servidor Marcelo Arce Cathcart Ferreira, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 11 (onze) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 19 a 29.2.2020, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c o inciso II do artigo 37 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**PORTARIA Nº 932/2020-PGJ, DE 10.3.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Conceder à servidora Gláucia Gonzaga Vieira de Sá, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 6.3 a 4.4.2020, em prorrogação, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009, e, ainda, alínea “g” do inciso I do artigo 31 e artigo 53, ambos da Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**PORTARIA Nº 936/2020-PGJ, DE 11.3.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Vagner Marques Mercadante, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Três Lagoas e designado para prestar serviços na 3ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 5ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 23.3 a 11.4.2020, em razão de férias da servidora Jaqueline Berceli Barca Cursino.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**PORTARIA Nº 937/2020-PGJ, DE 11.3.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Silmara Diniz Paulino da Rocha, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Dourados e designada para prestar serviços na 1ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 3ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 9 a 18.3.2020, em razão de férias do servidor Leandro Lima dos Santos.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça



**PORTARIA Nº 938/2020-PGJ, DE 11.3.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Louise Isabelita Lima de Brites Padovan, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Campo Grande e designada para prestar serviços na 31ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 29ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 10.3 a 8.4.2020, em razão de férias do servidor Vinicius Ferreira Martins.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**PORTARIA Nº 939/2020-PGJ, DE 11.3.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Eveline Nilce Crisóstomo Ribeiro Flores, ocupante do cargo em comissão de Assessor de Procurador, símbolo MPAS-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada na Procuradoria-Geral de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Coordenadoria de Cerimonial, no período de 10 a 13.3.2020, em razão de viagem a trabalho da servidora Rosimara Bandeira Vasques de Almeida.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**COMISSÃO PERMANENTE DE ANÁLISE DE DOCUMENTOS****EDITAL Nº 08/2020****EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS**

A Presidente da Comissão Permanente de Análise de Documentos do Ministério Público, designada pela Portaria nº 2215/2018, de 29.06.2018, publicada no Diário Eletrônico do Ministério Público nº 1765, de 02.07.2018, faz saber, a quem possa interessar, que a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos nº **08/2020**, referente aos documentos da 26ª Promotoria de Justiça de Campo Grande- conforme remessa do arquivo morto da PJ Capital, e análise da CPAD, com ciente através do Ofício n. 0167/2020/26PJ/CGR, nos termos do disposto do art. 11, inciso II, Parágrafo único da Resolução nº 025-2018-PGJ, de 07 de novembro de 2018.

Os interessados, que tiverem alguma oposição, deverão apresentá-la por escrito, devidamente fundamentada, desde que tenham qualificação e demonstre legitimidade para o referido questionamento, dirigida à Comissão Permanente de Análise e Avaliação de Documentos ([cpad@mpms.mp.br](mailto:cpad@mpms.mp.br)), até o dia 17.03.2020.

Procuradoria-Geral de Justiça, em Campo Grande, 11.03.2020

**LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 08/2020**

<b>PROVENIÊNCIA – (órgão Produtor)</b>		<b>PROCEDÊNCIA – (Órgão Responsável pelo arquivamento)</b>	
<b>Órgão / Setor- 26ª Promotoria de Justiça de Campo Grande</b>		<b>Órgão / Setor- 26ª Promotoria de Justiça de Campo Grande</b>	
<b>TIPO DOCUMENTAL</b>	<b>JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO / OBSERVAÇÕES</b>	<b>ANO INICIAL</b>	<b>ANO FINAL</b>
<b>NOME/CONTEÚDO INFORMACIONAL</b>			
-Comprovantes de remessa de processos 2007; -Ofícios expedidos e recebidos 2005.	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 07.11.2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda. Lista de Eliminação de Documentos nº 08/2020	Exercício 2005	2007
<b>RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO:</b> Adriana Cristina D. Gomes Spagnol Presidente da Comissão Permanente de Análise de Documentos			

**EDITAL Nº 09/2020****EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS**

A Presidente da Comissão Permanente de Análise de Documentos do Ministério Público, designada pela Portaria nº 2215/2018, de 29.06.2018, publicada no Diário Eletrônico do Ministério Público nº 1765, de 02.07.2018, faz saber, a quem possa interessar, que a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos nº **09/2020**, referente aos documentos do Setor de Contratos, encaminhados através do memorando n.113/2020/SC/SEAD-PGJ, nos termos do disposto do art. 11, inciso II, Parágrafo único da Resolução nº025-2018-PGJ, de 07 de novembro de 2018.

Os interessados, que tiverem alguma oposição, deverão apresentá-la por escrito, devidamente fundamentada, desde que tenham qualificação e demonstre legitimidade para o referido questionamento, dirigida à Comissão Permanente de Análise e Avaliação de Documentos ([cpad@mpms.mp.br](mailto:cpad@mpms.mp.br)), até o dia 17.03.2020.

Procuradoria-Geral de Justiça, em Campo Grande, 11.03.2020

**LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 09/2020**

<b>PROVENIÊNCIA – (órgão Produtor)</b>		<b>PROCEDÊNCIA – (Órgão Responsável pelo arquivamento)</b>	
<b>Órgão / Setor- Setor de Contratos</b>		<b>Órgão / Setor- Setor de Contratos</b>	
<b>TIPO DOCUMENTAL</b>	<b>JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO / OBSERVAÇÕES</b>	<b>ANO INICIAL</b>	<b>ANO FINAL</b>
<b>NOME/CONTEÚDO INFORMATIVO</b>			
-Convênio nº 004/CEAF/2011 – via original, cópias e documentos; -Convênio nº 024/CEAF/2011 – via original e documentos -Convênio nº 008/CEAF/2011 – via original, cópias e documentos; -Convênio nº 006/CEAF/2011 – via original, cópias e documentos; -Convênio nº 020/CEAF/2011 – via original, cópias e documentos; -Convênio nº 001/CEAF/2011 – via original, cópias e documentos; -Convênio nº 002/CEAF/2011 – via original, cópias e documentos; -Convênio nº 026/CEAF/2011 – via original, cópias e documentos; -Convênio nº 015/CEAF/2011 – via original, cópia e documentos; -Convênio nº 011/CEAF/2011 – via original, cópias e documentos; -Convênio nº 010/CEAF/2011 – via original, cópias e documentos; -Convênio nº 019/CEAF/2011 – vias originais; -Convênio nº 014/CEAF/2011 – cópias e documentos; -Convênio nº 013/CEAF/2011 – cópias e documentos; -Convênio nº 007/CEAF/2011 – via original, cópias e documentos; -Convênio nº 005/CEAF/2011 – vias originais e documentos;	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 07.11.2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda. Lista de Eliminação de Documentos nº 09/2020	Exercício 2011	2011
<b>RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO:</b> Adriana Cristina D. Gomes Spagnol Presidente da Comissão Permanente de Análise de Documentos			

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO****EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2020NE001153 DE 10.03.2020 DO PROCESSO PGJ/10/1079/2020**

Credor: VITÓRIA COMÉRCIO DE ÁGUA MINERAL EIRELI.

Ordenadora de despesa: **Nilza Gomes da Silva**, Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 3/PGJ/2019 – Ata de Registro de Preços nº 3/PGJ/2019.**

Objeto: Aquisição de água mineral (galão com 20 litros), para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 4.750,00 (quatro mil setecentos e cinquenta reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE001153, de 10.03.2020, Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 6/PGJ/2019**

Processo: PGJ/10/4147/2018

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **VETT – VIA EXPRESS TECNOLOGIA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA.**, representada por **Gustavo Fialho Duarte** e por **Leandro da Cunha Amaral**.

Procedimento licitatório: Pregão Presencial nº 54/PGJ/2018.

Amparo legal: Artigo 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: **Prorrogação de vigência contratual**, por mais 12 (doze) meses, para a prestação serviços de comunicação de dados através do acesso à Internet, caracterizado como link redundante, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor contratual mensal: R\$ 9.700,00 (nove mil e setecentos reais).

Vigência: 27.02.2020 a 27.02.2021.

Data de assinatura: 11 de fevereiro de 2020.

**EXTRATO DO CONVÊNIO MPMS E AESMS (FCG/ FACSUL)**

Processo nº PGJ/10/0765/2020

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **AESMS ENSINO SUPERIOR DE MATO GROSSO DO SUL**, mantenedora da **Faculdade Campo Grande – FCG e da Faculdade Mato Grosso do Sul – FACSUL**, representada por seu Diretor Presidente, **Jorge Brihy**.

Amparo legal: Lei Federal nº 11.788/2008; Lei Complementar Estadual nº 72/1994; Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27 de julho de 2010; Resoluções do CNMP nº 42/2009; nº 52/2010; nº 62/2010; e Decreto Estadual nº 11.261/2003.

Objeto: Regular as condições de realização de estágios obrigatórios e não obrigatórios para os acadêmicos do curso **Direito**, de nível superior/graduação, nas dependências do MPMS.

Vigência do Convênio: 06.03.2020 a 06.03.2022.

Data da assinatura: 06 de março de 2020.

**DECISÃO DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE EM PROCESSO ADMINISTRATIVO****Intimada: NV FRANCO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E CLIMATIZAÇÃO EIRELI****Processo nº PGJ/10/1152/2019****Contrato nº 20/PGJ/2019**

**Finalidade:** **INTIMAÇÃO** da empresa **NV FRANCO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E CLIMATIZAÇÃO EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 28.552.012/0001-48, com sede na rua M-5, nº26, Quadra 20, sala 04, Bairro Parque Cuiabá, CEP 78.095-398, neste ato representada pelo **Nixon Vieira Franco**, brasileiro, casado, empresário, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 05459312852 DNT-MT e do CPF/MF nº 013.831.641-42, **para oferecer recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados desta publicação, nos termos do artigo 109, inciso I, alínea “f”, da Lei Federal nº 8.666/1993, em face da Decisão exarada pela Excelentíssima Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul às fls. 129-133, do Processo nº PGJ/10/1152/2019, cujo dispositivo é o que segue: “(...) *Destarte, considerando todo o exposto, APLICO a sanção de multa moratória de 10% (dez por cento) sobre o valor do produto não entregue, e a sanção de multa por inexecução parcial de 20% (vinte por cento) sobre o valor do produto não entregue e serviço não executado, por descumprimento parcial da Cláusula Terceira, subitem 3.2, do Contrato nº 20/PGJ/2019, combinado com os artigos 66, 86 e 87, inciso II, da Lei nº 8.666/93. Lado outro, esclareço que, não havendo adimplemento voluntário da multa estipulada, deverá a Secretaria de Finanças proceder ao desconto da multa aqui aplicada em relação aos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, tudo em conformidade com o artigo 86, §2º e 3º, da Lei nº 8.666/1993 (...)*”. **INTIMA-SE** a empresa, ainda, a **adimplir voluntariamente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados desta publicação, a sanção de **multa moratória aplicada no patamar de 10% (dez por cento) sobre o valor do produto não entregue**, correspondendo ao valor de R\$ 211,00 (duzentos e onze reais); bem como a sanção de **multa por inexecução parcial de 20% (vinte por cento) sobre o valor do produto não entregue e serviço não executado**, correspondendo ao valor de R\$ 422,00 (quatrocentos e vinte e dois reais), **perfazendo o valor total a ser pago de R\$ 633,00 (seiscentos e trinta e três reais)**, conforme memória de cálculo de fls. 110-111. O valor total de **R\$ 633,00 (seiscentos e trinta e três reais)** deverá ser recolhido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados desta publicação, na seguinte conta bancária: (001) Banco do Brasil; Agência 2576-3; Conta Corrente: 50.120-4; CNPJ: 03.464.870/0001-00 - Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público; preenchendo-se o campo nº 2 de identificação com o CNPJ da empresa e o campo nº 3 com o nome da empresa. Esclarece-se, por fim, que os autos nº PGJ/10/1152/2019 se encontram à disposição da empresa ou do procurador devidamente constituído para vistas na Secretaria de Administração do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, com sede na Procuradoria-Geral de Justiça, Rua Presidente Manuel de Campos Salles, 214, Bairro Jardim Veraneio, Campo Grande/MS, telefone (67) 3318-2063, no horário de expediente das 8h às 11h e das 13h às 18h pelo prazo de 2 (dois) dias úteis, contados desta publicação. Além disso, o Processo nº PGJ/10/1152/2019 terá continuidade independentemente do comparecimento ou manifestação da intimada, sendo passível de aplicação das medidas judiciais cabíveis, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa às partes, consoante artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal Brasileira de 1988. Nada mais.

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****DOURADOS****EDITAL 0006/2020/10PJ/DOS -**

A 10ª Promotoria de Justiça de Dourados torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua João Corrêa Neto nº 400, Bairro Santo Antônio, Dourados/MS. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2019.00001140-5

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Dourados

Assunto : Apurar o trabalho de controle de vetores do mosquito da dengue pelo Município de Dourados/MS e os trabalhos concentrados de limpeza de espaços públicos através de atividades como mutirões e visitas residenciais de agentes de endemias.

Dourados, 11 de março de 2020

ETÉOCLES BRITO MENDONÇA DIAS JÚNIOR

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0009/2020/11PJ/DOS**

A 11ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS torna pública instauração de Inquérito Civil, a partir da evolução da Notícia de Fato n. 01.2019.00011150-2, que está à disposição de quem possa interessar na Rua João Corrêa Neto, n. 400, Jardim Santo Antônio ou através site <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000244-0

Requerente: Rural Center Comércio e Representações de Máquinas e Equipamentos EIRELI.

Investigado: Adrian Aparecido Silva (Auto Estilo).

Assunto: Apurar a regularidade ambiental da atividade de funilaria desenvolvida pelo empreendimento Adrian Aparecido Cáceres – MEI (Auto Estilo).

Dourados, 11 de março de 2020.

AMÍLCAR ARAÚJO CARNEIRO JÚNIOR

Promotor de Justiça

**EXTRATO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

Extrato de Compromisso de Ajustamento de Conduta celebrado em 05/03/2020, entre o Ministério Público Estadual, por meio da 10ª Promotoria de Justiça de Dourados/MS e o AUTO POSTO ROCHA & AZAMBUJA LTDA., representado pelo empresário e advogado, senhor Antonio Franco da Rocha Júnior, referente ao aumento injustificado e de forma arbitrária do valor de combustíveis (gasolina, etanol, óleo diesel e diesel S-10), no bojo do Inquérito Civil n. 06.2018.00001550-8, disponível para consulta na Rua João Corrêa Neto nº 400, Bairro Santo Antônio, Dourados/MS. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Dourados, 10 de março de 2020.

ETÉOCLES BRITO MENDONÇA DIAS JÚNIOR

Promotor de Justiça

**EXTRATO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

Extrato de Compromisso de Ajustamento de Conduta celebrado em 10/03/2020, entre o Ministério Público Estadual, por meio da 10ª Promotoria de Justiça de Dourados/MS e o AUTO POSTO ANIELLI LTDA., representado pelo senhor Acram Sander Ghdie, referente ao aumento injustificado e de forma arbitrária do valor de combustíveis (gasolina, etanol, óleo diesel e diesel S-10), no bojo do Inquérito Civil n. 06.2018.00001550-8, disponível para consulta na Rua João Corrêa Neto nº 400, Bairro Santo Antônio, Dourados/MS. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via *internet*, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Dourados, 10 de março de 2020.

ETÉOCLES BRITO MENDONÇA DIAS JÚNIOR  
Promotor de Justiça

---

**COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA**

---

---

**BELA VISTA**

---

**EDITAL Nº 0006/2020/PJ/BVT**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do IC - Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, 1541, Centro, Bela Vista-MS - CEP 79260-000  
Telefone: (67) 3439-1991, Bela Vista/MS. E ainda no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

IC - Inquérito Civil nº 06.2020.00000254-0

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Daniel Mariz Pinto Nunes Rondon

Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel rural de matrícula nº 14.768, com área de 798,4649 hectares, de propriedade de Daniel Mariz Pinto Nunes Rondon, abrangido pelo Diagnóstico Ambiental das Propriedades que margeiam o Rio Apa.

Bela Vista/MS, 04/03/2020

WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR  
Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0007/2020/PJ/BVT**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do IC - Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, 1541, Centro, Bela Vista-MS - CEP 79260-000  
Telefone: (67) 3439-1991, Bela Vista/MS. E ainda no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

IC - Inquérito Civil nº 06.2020.00000253-9

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Fazenda Condomínio Fortaleza

Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel rural Fazenda "Condomínio Fortaleza", matrícula nº 14.787, com área de 2.042,4814 hectares, de propriedade de Tatiana Maria Ocampos, Lea Rejane Ocampos, José Alexander Ocampos e Leo Tales Fretes Rondon, abrangido pelo Diagnóstico Ambiental das Propriedades que margeiam o Rio Apa.

Bela Vista/MS, 04/03/2020

WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR  
Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0008/2020/PJ/BVT**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do IC - Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, 1541, Centro, Bela Vista-MS - CEP 79260-000  
Telefone: (67) 3439-1991, Bela Vista/MS.

E ainda no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

IC - Inquérito Civil nº 06.2020.00000251-7

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Leonel Vargas Rondon

Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel rural de matrícula nº 14.781, com área de 160,5089 ha, de propriedade de Leonel Vargas Rondon, abrangido pelo Diagnóstico Ambiental das Propriedades que margeiam o Rio Apa.

Bela Vista/MS, 04/03/2020

**WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR**

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0009/2020/PJ/BVT**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do IC - Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, 1541, Centro, Bela Vista-MS - CEP 79260-000  
Telefone: (67) 3439-1991, Bela Vista/MS. E ainda no endereço eletrônico:  
<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

IC - Inquérito Civil nº 06.2020.00000249-4

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Leonel Vargas Rondon

Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel rural de matrícula nº 14.780, com área de 399,7568 hectares, de propriedade de Leonel Vargas Rondon, abrangido pelo Diagnóstico Ambiental das Propriedades que margeiam o Rio Apa.

Bela Vista/MS, 04/03/2020

**WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR**

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0010/2020/PJ/BVT**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do IC - Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, 1541, Centro, Bela Vista-MS - CEP 79260-000  
Telefone: (67) 3439-1991, Bela Vista/MS. E ainda no endereço eletrônico:  
<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

IC - Inquérito Civil nº 06.2020.00000248-3

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Fazenda Obok

Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel Fazenda Obok, matrícula nº 15.532, com área de 317,7488 hectares, de propriedade de Obok Incorporadora Ltda., abrangido pelo Diagnóstico Ambiental das Propriedades que Margeiam o Rio Apa.

Bela Vista/MS, 04/03/2020.

**WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR**

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0011/2020/PJ/BVT**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de outras atividades não sujeitas a inquérito civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, 1541, Centro, Bela Vista-MS - CEP 79260-000 Telefone: (67) 3439-1991, Bela Vista/MS. E ainda no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Procedimento Administrativo de outras atividades não sujeitas a inquérito civil nº 09.2020.00001083-9

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul, SAAE de Bela Vista, Delegacia de Polícia Civil de Bela Vista/MS

Assunto: Acompanhar o cumprimento da sentença/acórdão proferidos nos autos n. 0001044-94.2007.8.12.0003, referente a poluição ambiental causada pelo transbordamento da fossa localizada da Delegacia de Polícia Civil de Bela Vista/MS, com lançamento de dejetos próximo ao leito do rio Apá.

Bela Vista/MS, 10/03/2020.

**WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR**

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0012/2020/PJ/BVT**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, 1541, Centro, Bela Vista-MS - CEP 79260-000 Telefone: (67) 3439-1991, Bela Vista/MS. E ainda no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC nº 09.2020.00001077-2

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Rancho Campestre, João Aires Martins Brunel

Assunto: Acompanhar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta firmado no Autos do Inquérito Civil n. 06.2018.00001583-0.

Bela Vista/MS, 10/03/2020.

**WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR**

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0013/2020/PJ/BVT**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do IC - Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, 1541, Centro, Bela Vista-MS - CEP 79260-000 Telefone: (67) 3439-1991, Bela Vista/MS. E ainda no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

IC - Inquérito Civil nº 06.2020.00000289-4

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Fazenda Boijaguá - Parte II

Assunto: Apurar suposto dano ambiental decorrente da exploração de 42,20 hectares de vegetação nativa na propriedade denominada Fazenda Boijaguá - Parte II em Bela Vista/MS.

Bela Vista/MS, 10/03/2020

**WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR**

Promotor de Justiça



## ITAPORÃ

## RECOMENDAÇÃO Nº 001/2020

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO nº. 09.2017.0000566-1

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Itaporã

Objeto: Acompanhar as providências adotadas pela Municipalidade no sentido de suprir as irregularidades constatadas no Relatório de Visita Técnica n. 766, oriundo da Secretaria do Estado de Saúde.

RECOMENDAÇÃO nº 001/2020<sup>1</sup>

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da Promotoria de Justiça de Itaporã/MS, apresentado pelo Promotor de Justiça subscritor, no uso das atribuições previstas no artigo 127 Constituição Federal; artigo 27, parágrafo único, IV, da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei nº 8.625/1993), artigo 29, inciso IV, da Lei Orgânica Estadual do Ministério Público (Lei Complementar nº 72/1994) e artigo 44 da Resolução PGJ nº 015/2007<sup>2</sup>:

CONSIDERANDO que ao Ministério Público cabe a defesa da ordem jurídica e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, *caput*, da CF/88; art. 1º da Lei nº 8.625/93 e art. 1º da LC nº 72/94), sendo que, para tanto, deve promover inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, III, da CF/88; art. 25, IV, b, da Lei nº 8.625/93 e art. 25, IV, b, da LC nº 72/94);

CONSIDERANDO que, segundo Hugo Nigro Mazzilli, o “*Promotor de Justiça do patrimônio público e social tem sua área de atuação voltada para a defesa da probidade e legalidade administrativas e da proteção do patrimônio público e social*”<sup>3</sup>;

CONSIDERANDO que “*em vista de seu dever de zelar para que os Poderes Públicos e os serviços de relevância pública respeitem os direitos constitucionais, tem o Ministério Público a possibilidade de expedir recomendações, dirigidas aos órgãos e entidades correspondentes, requisitando ao destinatário a sua divulgação adequada e imediata, bem como a resposta por escrito*”<sup>4</sup>;

CONSIDERANDO que a RECOMENDAÇÃO “*constitui um instrumento poderoso para conformação e adequação de condutas de agentes políticos e administradores públicos, consistindo numa espécie de notificação e alerta sinalizador da necessidade de que providências sejam tomadas, sob pena de consequências e adoção de outras medidas e expedientes repressivos por parte do Ministério Público*”<sup>5</sup>, viabilizando, dessa maneira, a demonstração efusiva de dolo para eventual ajuizamento de ação civil pública por ato de improbidade administrativa, sem prejuízo de ação própria para anulação do ato ilegal praticado;

CONSIDERANDO que a RECOMENDAÇÃO “*é instrumento extraprocessual de especial utilidade para a atuação resolutive do Ministério Público, servindo à proteção dos direitos de que está incumbido tanto por meio da prevenção de responsabilidades quanto da concretização desses direitos ou correção de condutas que os ameaçam ou lesionam*”<sup>6</sup>;

CONSIDERANDO que, na linha do art. 37, *caput*, da Carta Maior da República, do art. 25 da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, a Administração Pública deve pautar-se pelos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da eficiência, os quais são de plena exigibilidade jurídica, devendo ser observados compulsoriamente pelo ente público das esferas federal, estadual e municipal;

<sup>1</sup>Segundo GEISE DE ASSIS RODRIGUES (2014), “em regra, é expedida nos autos do inquérito após a sua instrução, como forma de evitar a propositura da medida judicial e quando não seja caso de ajustamento de conduta, mas nada impede que a recomendação seja feita fora de uma investigação, ou até inicie o inquérito civil”.

<sup>2</sup>Disciplina o inquérito civil e demais investigações do Ministério Público na área dos interesses difusos, coletivos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis, as audiências públicas, os compromissos de ajustamento de conduta e as recomendações, e dá outras providências.

<sup>3</sup>MAZZILLI, Hugo Nigro. Introdução ao Ministério Público. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 319.

<sup>4</sup>MAZZILLI, Hugo Nigro. O Inquérito Civil. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2015, p.353.

<sup>5</sup>ALVES, Leonardo Barreto Moreira e BERCLAZ, Márcio Soares. Ministério Público em ação. 2. ed. Salvador: JusPODIVM, 2013, p. 49.

<sup>6</sup>GAVRONSKI, Alexandre Amara e MENDONÇA, Andrey Borges. Manual do Procurador da República. 1.ed. Salvador: JusPODIVM: 2014, p.787.

CONSIDERANDO que, tramita nesta Promotoria de Justiça o Procedimento Administrativo em epígrafe, tombado sob o n.º 09.2017.0000566-1, deflagrado em face de irregularidades apontadas pela Auditoria da Saúde – SISAUD/SUS, tencionando acompanhar o implemento das medidas sanatórias;

CONSIDERANDO que, no bojo do referido expediente, notou-se a inexistência de controle sistêmico de frequência e assiduidade dos profissionais da área de saúde em todas as Unidades de Saúde desta Municipalidade, aliado a uma miríade de reclamações aviadas acerca da jornada de trabalho destes;

CONSIDERANDO que, sem a instalação de um controle efetivo e objetivo na frequência de todos os servidores públicos da área de saúde, lotados nos ESF's em especial, não é possível ao Prefeito Municipal e Secretário (Gerente) de Saúde acompanharem e fiscalizarem todo o cumprimento das respectivas jornadas de trabalhos;

CONSIDERANDO que os servidores públicos lotados no Hospital Municipal Lourival Nascimento da Silva estão adstritos ao controle de ponto digital (eletrônico), o que, *ipso facto*, redundaria em tratamento desigual em relação ao dispensado aos profissionais lotados nas Unidades de Saúde e ESFs;

CONSIDERANDO, também, que referida diferenciação desprovida de fundamento legal viola os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, finalidade, indisponibilidade do interesse público, isonomia, dentre outros;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 2º, da Lei 8.080/1990, *"a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício"*;

CONSIDERANDO que o Ministério da Saúde dispõe *"sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde"* no âmbito do SUS, por meio da Portaria GM n. 1280, de 13.08.2009, estatuinto que *"é direito da pessoa ter atendimento adequado, com qualidade, no tempo certo e com garantia de continuidade no tratamento; sendo que, "para isso deve ser assegurado atendimento ágil, com tecnologia apropriada, por equipe multiprofissional capacitada e com condições adequadas de atendimento"*;

CONSIDERANDO que, nos termos da Portaria GM 2.188/2011, compete às Secretarias Municipais de Saúde: *assegurar o cumprimento da carga horária integral de todos os profissionais que compõe as equipes de atenção básica, de acordo com as jornadas de trabalho especificadas no SCNES e a modalidade de atenção* (Inc. XVI);

CONSIDERANDO que a Portaria 587/2015, do Ministério da Saúde, que revogou a Portaria 2.571/2012, estabelece o ponto eletrônico biométrico como mecanismo obrigatório de controle de frequência dos profissionais da saúde no âmbito do SUS:

*Art. 1º Esta Portaria redefine as regras do controle eletrônico de frequência para registro de assiduidade e pontualidade dos servidores públicos lotados e em exercício nos órgãos do Ministério da Saúde.*

*Art. 2º O controle eletrônico de frequência será realizado por meio do Sistema de Registro Eletrônico de Frequência (SIREF), mediante identificação biométrica.*

*§ 1º O controle eletrônico de frequência será aplicado em todos os órgãos do Ministério da Saúde em território nacional.*

CONSIDERANDO que a instalação de pontos eletrônicos biométricos é mecanismo que, a médio e longo prazo, tende a beneficiar não só a sociedade, principal interessada, mas também os próprios profissionais da área (médicos, odontólogos, enfermeiros, etc) que terão mais seguranças quanto ao tempo de serviço efetivamente desempenhado ao ente público;

CONSIDERANDO que a precária aferição acerca da situação de cada servidor, em relação à observância do cumprimento da jornada de trabalho, impossibilita o atendimento à obrigatoriedade de desconto ou perda da remuneração em caso de atraso ou ausência injustificada, ou, ainda, nas hipóteses previstas em lei;

CONSIDERANDO que o cumprimento efetivo da jornada de trabalho constitui elemento indispensável à qualidade do serviço público;

CONSIDERANDO a necessária observância ao princípio da eficiência que deve ser um dos vetores para o aprimoramento da prestação dos serviços públicos;

CONSIDERANDO que o Ministério do Trabalho e Emprego, por intermédio da Portaria nº 1.510/2009, disciplina o registro eletrônico de ponto e a utilização do Sistema de Registro Eletrônico de Ponto, a fim de coibir a adulteração de dados e possíveis fraudes no sistema informatizado, tendo em vista a abolição do sistema obsoleto e custoso de registro mecânico de controle de jornada;

CONSIDERANDO que a impontualidade e inassiduidade de servidores públicos podem enquadrar-se em quaisquer das três modalidades de atos de improbidade administrativa: que importam enriquecimento ilícito, que causam prejuízo ao erário e/ou que atentam contra os princípios da Administração Pública (Lei n.º 8.429/92);

CONSIDERANDO a responsabilidade dos gestores na fiscalização da atividade administrativa e cumprimento dos deveres funcionais pelos servidores, bem como a possibilidade de responsabilização civil, penal e administrativa por ato comissivo ou omissivo praticado no desempenho do cargo ou função, nos termos do art. 124 da Lei 8.112/90;

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.429/92, em seu artigo 11, prevê que o desrespeito aos princípios constitucionais se constitui em ato de improbidade administrativa, com as sanções constantes no artigo 12, inciso III, do mesmo diploma legal;

CONSIDERANDO que são sanções previstas no mencionado artigo 12, inciso III: “*ressarcimento integral do dano, se houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos, pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos*”;

CONSIDERANDO que a violação das disposições legais apontadas, seja no âmbito constitucional, legal ou infralegal, é prática que deve ser rechaçada e ferretada, por incompatível com a própria noção de ordem do sistema público, com potencial efeito lesivo ao princípio da legalidade administrativa;

CONSIDERANDO que esta Promotoria de Justiça tem buscado construir junto aos gestores do Município de Itaporã uma política (*lato sensu*) focada na consensualidade, de modo que as demandas submetidas ao Ministério Público sejam solucionadas de forma não adversarial, sempre com o devido respeito à satisfação dos interesses da coletividade;

CONSIDERANDO que o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, como fiscal da lei e da ordem jurídica (“*custos constitutionis*”), deve verificar em cada Comarca a situação em tela e, assim, proceder ao levantamento de eventuais injuridicidades pontuais desse jaez; além de, em defesa do patrimônio público e social e, em observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e isonomia, bem como com o objetivo de garantir os direitos constitucionais e legais mencionados, resguardar o direito dos usuários do Sistema Único de Saúde, bem como garantir a existência de mecanismos que inibam irregularidades nos serviços executados pelo Sistema Único de Saúde (SUS),

RECOMENDA ao Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Itaporã-MS, bem como ao Gerente Municipal de Saúde, com fundamento no art. 27, parágrafo único, IV, da Lei n. 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e art. 44 da Resolução nº 015/2007-PGJ, a:

I – REGULARIZAR a questão, providenciando-se, no prazo de 60 (sessenta) dias, a instalação e o regular funcionamento de Sistema de Registro Eletrônico de Frequência, dotado de mecanismo de identificação biométrica, para o controle da assiduidade, frequência e pontualidade dos profissionais lotados, em exercício e/ou vinculados em todas as Unidades de Saúde municipais de Itaporã/MS, inclusive médicos;

II - DETERMINAR, no mesmo prazo, a instalação, em local visível das salas de recepção de todas as unidades públicas de saúde, inclusive no Hospital Municipal Lourival Nascimento da Silva, postos de saúde, de quadros que informem ao usuário, de forma clara e objetiva, o nome de todos os profissionais de saúde em exercício na unidade naquele dia, sua especialidade e o horário de início e de término da jornada de trabalho de cada um deles;

III - ESTABELECEER rotinas destinadas a fiscalizar o cumprimento do disposto na presente Recomendação, sob pena de responsabilidade pelas ilegalidades que vierem a ocorrer;

IV - INFORMAR a esta Promotoria de Justiça, no prazo de 10 (dez) dias, se cumpriu (ou irá cumprir no átimo assinalado) a recomendação e, em caso de afirmativo, enunciar as medidas para a tanto viabilizar;

V - O descumprimento desta Recomendação ensejará a adoção das medidas administrativas e judiciais cabíveis, em caso de omissão e manutenção da situação fática em tela, sopesada, sobretudo, a sua injuridicidade nos termos dantes escandidos;

VI – Encaminhe-se, com remessa para a publicação cabível, o teor deste expediente ao Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Itaporã-MS;

V – Encaminhe-se cópia da presente Recomendação à Presidente da Câmara Municipal de Itaporã-MS, para conhecimento e medidas cabíveis, no âmbito de sua competência como fiscal dos atos do Poder Executivo;

VI – Encaminhe-se cópia da Recomendação ao Centro de Apoio Operacional pertinente, nos termos do art. 52 da Resolução nº 015/2007-PGJ;

VII - Decorrido o prazo, com ou sem resposta, certifique-se neste encadernado (Procedimento Administrativo de lastro) e retornem em conclusão.

A presente RECOMENDAÇÃO não exclui a irrestrita necessidade de plena observância de todas as normas constitucionais e infraconstitucionais em vigor.

Expeça-se o necessário. Às providências.

Itaporã, data da assinatura digital

RADAMÉS DE ALMEIDA DOMINGOS,  
Promotor de Justiça

#### IVINHEMA

#### EDITAL N.: 0008/2020/02PJ/IVH

A 2ª Promotoria de Justiça de Ivinhema/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil n. 06.2020.00000292-8, mediante conversão da Notícia de fato nº. 01.2019.00012168-8, que está à disposição de quem possa interessar na Praça Dos Poderes, 900, Ivinhema/MS – CEP 79740-000, Fone: (67) 3442-1590, ou através do endereço na internet <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Inquérito Civil n. 06.2020.00000292-8

Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Requerido: Célio kuhn

Objeto: Apurar eventual ocorrência de dano ambiental consistente no desmatamento irregular de árvores nativas na propriedade denominada Sítio Vânia, Lote 281, linha Volta Redonda, município de Novo Horizonte do Sul.

Ivinhema/MS, 11 de março de 2020.

ALLAN THIAGO BARBOSA ARAKAKI  
Promotor de Justiça

---

**COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA**

---

---

**DEODÁPOLIS**

---

**EDITAL N° 0008/2020/PJ/DPS.****PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N° 09.2020.00001009-4.**

A Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo n° 09.2020.00001009-4, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Av. Francisco Alves da Silva, n° 103, Edifício do Fórum, sede da Promotoria de Justiça.

Os autos encontram-se registrados no sistema informatizado SAJ/MP, os quais poderão ser integralmente acessados via internet, no endereço eletrônico:<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Noticiante: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Interessado: Município de Deodápolis, CREAS de Deodápolis/MS.

Objeto: Inspeccionar, no ano de 2020, as unidades executoras dos programas de atendimento para a execução das medidas socioeducativas em meio aberto no Município de Deodápolis/MS, nos termos da Resolução CNMP n° 204/2019.

Deodápolis/MS, 10 de março de 2020.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS,  
Promotor de Justiça.

**EDITAL N° 0009/2020/PJ/DPS.****PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N° 09.2020.00000915-4.**

A Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo n° 09.2020.00000915-4, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Av. Francisco Alves da Silva, n° 103, Edifício do Fórum, sede da Promotoria de Justiça.

Os autos encontram-se registrados no sistema informatizado SAJ/MP, os quais poderão ser integralmente acessados via internet, no endereço eletrônico:<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Noticiante: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Interessado: Município de Deodápolis, CREAS de Deodápolis/MS.

Objeto: Inspeccionar, no ano de 2020, as unidades e equipamentos que executam serviços socioassistenciais destinados às pessoas em situação de rua no Município de Deodápolis/MS, nos termos da Recomendação CNMP n° 60/2017 e da Instrução Normativa n° 2/2019/CGMP/MS.

Deodápolis/MS, 10 de março de 2020.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS,  
Promotor de Justiça.

**EDITAL N° 0011/2020/PJ/DPS.****PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N° 09.2020.00001061-7.**

A Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo n° 09.2020.00001061-7, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Av. Francisco Alves da Silva, n° 103, Edifício do Fórum, sede da Promotoria de Justiça.

Os autos encontram-se registrados no sistema informatizado SAJ/MP, os quais poderão ser integralmente acessados via internet, no endereço eletrônico:<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Noticiante: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Interessado: Delegacia de Polícia Civil de Deodápolis/MS.

Objeto: Formalizar o exercício do controle externo da atividade policial consistente na realização da 1ª visita técnica na Delegacia de Polícia Civil de Deodápolis/MS, no mês de abril de 2020, nos termos do art. 8º, I, da Resolução n° 2/2015-CPJ e do art. 4º, I, da Resolução CNMP n° 20/2007..

Deodápolis/MS, 10 de março de 2020.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS,  
Promotor de Justiça.

---

**PORTO MURTINHO**

---

**TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

INQUÉRITO CIVIL N. 06.2017.00001313-9

COMPROMITENTE: Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul, por meio da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Porto Murtinho/MS, representado pelo Promotor de Justiça William Marra Silva Júnior.

COMPROMISSÁRIO: Renata Rondon de Oliveira, brasileira, casada, filha de Edgard de Oliveira Campos e de Maria Aparecida Firmino Campos, nascida em 28/04/1970, em Três Lagoas/MS, titular do RG nº633.260 SEJUSP e do CPF nº 554.408.601-00, residente e domiciliada na Rua, acompanhado neste ato por seu patrono procurador, Rodrigo Nunes Ferreira, brasileiro, advogado, OAB/MS 15.713, com escritório profissional sito à Rua Sebastião Lima, nº 55, Centro, Campo Grande/MS.

**I – DAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS E DO OBJETO**

CONSIDERANDO que são fundamentos da Constituição da República Federativa do Brasil o respeito à cidadania e à dignidade da pessoa humana, nos termos do art. 1º, incisos II e III, e, parágrafo único;

CONSIDERANDO que a cidadania deve ser entendida como um agregado de direitos e garantias mínimas para a vida em sociedade, estando o meio ambiente e a ordem social inseridos neste contexto como fator do bem-estar comum;

CONSIDERANDO que é direito de todos o acesso a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, sendo este um bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, cabendo ao Poder Público e à coletividade defendê-lo e preservá-lo, nos moldes do art. 225 da Carta Magna;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos serviços de relevância pública, bem como aos direitos assegurados pela Constituição Federal, em especial ao relativo à proteção do meio ambiente, promovendo as medidas necessárias para sua garantia, como dispõe o artigo 129, da CF;

CONSIDERANDO que dentre os objetivos específicos definidos no artigo 4º da LEI DA POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE, merecem destaque os princípios do desenvolvimento sustentável – consistente na compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente – do equilíbrio ecológico e da preservação e restauração dos recursos ambientais com vistas à sua utilização racional e disponibilidade permanente, concorrendo para a manutenção do equilíbrio ecológico propício à vida;

CONSIDERANDO que a CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL referiu-se expressamente ao dever de prevenção do meio ambiente, emanando em seu artigo 222, §§1º e 2º, incisos II e V, que toda pessoa tem direito a fruir de um ambiente físico e social livre dos fatores nocivos à saúde, incumbindo ao Poder Público, através de órgãos próprios e do apoio a iniciativas populares, proteger o meio ambiente, preservar os recursos naturais, ordenando seu uso e exploração, e resguardar o equilíbrio do sistema ecológico, sem discriminação de indivíduos ou regiões, através de política de proteção do meio ambiente definida por lei, prevenindo e controlando a poluição e seus efeitos, a degradação do meio ambiente;

CONSIDERANDO que a Lei n.º 6.938/61, em seu art. 4º, inc. VII, impõe ao poluidor e ao predador a obrigação de reparar ou indenizar o dano causado, bem como ao usuário a contribuição pela utilização de recursos ambientais com fins econômicos;

CONSIDERANDO que a Lei n.º 6.938/81, em seu art. 14, § 1º, prega que em matéria ambiental há responsabilidade objetiva na indenização ou reparo do dano causado ao meio ambiente e a terceiros;

CONSIDERANDO que foi instaurado, no âmbito desta Promotoria de Justiça, o inquérito civil nº 06.2017.00001313-9, visando apurar a ocorrência de dano ambiental na Fazenda Jatobá em Porto Murtinho-MS, de propriedade da senhora Renata Rondon de Oliveira, em razão da supressão vegetal de 77,102 hectares de vegetação nativa;

CONSIDERANDO que nos termos do Art. 52 do Decreto Federal 6.514, de 22 de julho de 2008, constitui infração administrativa contra a flora “*Desmatar, a corte raso, florestas ou demais formações nativas, fora da reserva legal, sem autorização da autoridade competente*”;

CONSIDERANDO que, de acordo com a teoria da responsabilidade civil objetiva ambiental sob a ótica do risco integral, é o poluidor obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade, conforme Art. 14. § 1º, da Lei nº 6.938/1981 (Política Nacional do Meio Ambiente), dispositivo recepcionado pela Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO que a teoria da reparação integral do dano ambiental adotada no Brasil significa que a lesão causada no meio ambiente há de ser recuperada em sua integralidade, e qualquer norma jurídica que disponha em sentido contrário ou que pretenda limitar o montante indenizatório a um teto máximo será inconstitucional, além de redundar em impunidade;

CONSIDERANDO a necessidade de se adequar aos parâmetros da lei e obedecer aos respectivos mandamentos, necessário seja firmado o presente Termo de Ajustamento de Conduta, inclusive, com cominação de pena pecuniária em caso de descumprimento, nos termos das seguintes cláusulas:

Celebram os abaixo qualificados, o presente *Termo de Ajustamento de Conduta*, com fundamento no art. 5º, §6º da Lei n. 7.347/85, alterado pelo art. 113 da Lei n. 8.078/90, a fim de cumprirem as obrigações pactuadas.

## II – OBJETO DO INQUÉRITO CIVIL

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente Termo de Ajustamento de Conduta é decorrente do Inquérito Civil nº 06.2017.00001313-9, instaurado pela Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Porto Murtinho/MS, tendo por objeto apurar a ocorrência de dano ambiental na Fazenda Jatobá, em Porto Murtinho-MS, de propriedade do senhor Renata Rondon de Oliveira, em razão da supressão vegetal de 77,102 hectares de vegetação nativa”;

CLÁUSULA SEGUNDA: A COMPROMISSÁRIA assume, doravante, as obrigações descritas nas cláusulas que seguem, sob pena de incidência nas penalidades concomitantemente dispostas, sem prejuízo da imposição de obrigação de fazer mediante ações judiciais próprias.

## III – DAS OBRIGAÇÕES

CLÁUSULA PRIMEIRA: A COMPROMISSÁRIO, Renata Rondon de Oliveira, reconhece a ocorrência de dano ambiental, em razão da supressão de 77,102 hectares de vegetação fora de área de reserva legal, na Fazenda Jatobá, em Porto Murtinho-MS, sem autorização legal para tanto, em desacordo as demais normas, regimentos, e princípios ambientais.

CLÁUSULA SEGUNDA: considerando a necessidade de indenizar os danos causados ao meio ambiente, pela supressão indevida de 77,102 hectares de vegetação fora de área de reserva legal, na Fazenda Jatobá, em Porto Murtinho-MS, sem autorização legal para tanto, assume a COMPROMISSÁRIA, por meio do presente termo de ajustamento de conduta, tendo por base o princípio do poluidor-pagador, a obrigação de indenizar e compensar o Meio Ambiente mediante a destinação de importância pecuniária no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) divididas em 10 parcelas iguais de R\$ 1.000,00 (um mil reais), com vencimento todo mês no dia 07, sendo que a primeira parcela vence no dia 10 de Fevereiro de 2020 e as seguintes nos meses seguintes e sucessivos.

Parágrafo único: o valor deverá ser pago e destinado a Conta do Conselho Comunitário de Segurança da Comarca de Porto Murtinho, CNPJ 12.221.101/0001-71 (Banco do Brasil, Ag. 0742-0, CC 14.506-8), devendo ser aplicado e utilizado em atividades ambientais junto ao Município.

CLÁUSULA TERCEIRA. O COMPROMISSÁRIO assume a obrigação de providenciar, no prazo de 120 dias, a inscrição do Cadastro Ambiental Rural (CAR) da Fazenda jatobá, localizada em Porto Murtinho-MS;

## IV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DAS MULTAS PELO DESCUMPRIMENTO:

CLÁUSULA PRIMEIRA: As atividades realizadas na propriedade rural denominada Fazenda Jatobá serão fiscalizadas pela Polícia Militar Ambiental, pelo o Instituto do Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul e demais órgãos fiscalizadores, que enviarão informações a esta Promotoria de Justiça quanto a eventual descumprimento.

CLÁUSULA SEGUNDA: A COMPROMISSÁRIA declara, neste ato, total conhecimento e concordância com os termos deste instrumento, submetendo-se às suas disposições.

Parágrafo primeiro: O presente Compromisso de Ajustamento de Conduta obriga a todos os sucessores, a qualquer título, da COMPROMISSÁRIA, sendo ineficaz qualquer estipulação em contrário.

Parágrafo segundo: Em caso de transferência da posse ou propriedade do imóvel, A COMPROMISSÁRIA se obriga a dar ciência deste termo de ajustamento de conduta à outra parte do negócio, fazendo constar do contrato respectivo as obrigações ora assumidas e as multas pelo descumprimento. Se a COMPROMISSÁRIA transferir a posse ou propriedade do imóvel sem cumprir a obrigação fixada nesta cláusula, permanecerá, dentro dos limites acordados nas cláusulas acima, como responsável solidária com o adquirente nas obrigações e nas multas por descumprimento.

CLÁUSULA TERCEIRA: O Ministério Público Estadual compromete-se a aplicar as penalidades previstas em lei, estabelecendo-se, desde já, multa no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por dia de atraso no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas deste Ajustamento de Conduta, limitado a R\$ 10.000,00 (dez mil reais), sem prejuízo das demais sanções previstas em lei de execução judicial das obrigações não cumpridas.

Parágrafo primeiro: Antes da aplicação da multa a que se refere o *caput* da presente cláusula, o compromissário será notificado para apresentação de justificativa, no prazo de 10 (dez) dias.

Parágrafo segundo: Não sendo acatadas as justificativas apresentadas, a multa será aplicada em observância às obrigações assumidas, devendo ser recolhida no prazo de 10 (dez) dias, mediante notificação da PROMOTORIA DE JUSTIÇA.

Parágrafo terceiro: Decorrido o prazo a que se refere o parágrafo anterior sem o recolhimento devido, será ajuizada a competente execução do presente compromisso, que possui eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do parágrafo 6º, do artigo 5º, da Lei n.º 7.347/85, com atualização monetária e juros de 1% ao mês sobre o que deveria ser depositado.

Parágrafo quarto: As multas eventualmente aplicadas reverterão em favor do Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público, no Banco do Brasil, agência 2576-3 e conta n. 50.120-4.

CLÁUSULA QUARTA: A revogação, total ou parcial de quaisquer das normas legais referidas neste Compromisso de Ajustamento de Conduta, sem prejuízo de outras, não alterará as obrigações ora assumidas, que constituem ato jurídico perfeito, ressalvada a previsão constante na cláusula terceira.

CLÁUSULA QUINTA: A execução da multa não exclui a possibilidade de prosseguimento da ação civil pública, na hipótese de descumprimento total ou parcial do presente ajuste, a execução específica das obrigações de fazer ou não fazer, instauração de inquérito policial ou ação penal, bem como outras providências administrativas cabíveis.

Este Compromisso de Ajustamento produz efeitos a partir da sua assinatura e terá eficácia de título executivo extrajudicial pleno, na forma do art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85.

O presente compromisso é assinado em duas vias pelo excelentíssimo Promotor de Justiça, pelo Compromissário, e por duas testemunhas.

Porto Murtinho/MS, 20 de janeiro de 2020.

WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR  
Promotor de Justiça em substituição legal

RENATA RONDON DE OLIVEIRA  
Compromissária

TESTEMUNHAS:

Camila Cavalcante Melo  
Testemunha 1  
(CPF n. 037.411.881-74)

Ramão Waldir Ortiz  
Testemunha 2  
(CPF n. 201.556.701-15)